

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.740 - RJ (2019/0117683-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : TIC FRAMES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA**  
**ADVOGADOS : FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685**  
**MARCOS DIAZ JUNIOR - RJ163281**  
**AGRAVADO : VICTOR DE SOUSA AZEVEDO**  
**AGRAVADO : GISELLE SOARES AZEVEDO**  
**ADVOGADOS : DIOGO PISTONO VITALINO - RJ152506**  
**ESTEVAO DE OLIVEIRA BELLO E OUTRO(S) - RJ200869**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por TIC FRAMES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO RELAÇÃO DE CONSUMO  
DECISÃO QUE DEFERE O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS  
EFEITOS DA TUTELA PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DAS  
COBRANÇAS RELATIVAS ÀS LIGAÇÕES DEFINITIVAS E TAXA DE  
URBANIZAÇÃO SOB PENA DE MULTA DE R00000 PARA CADA  
COBRANÇA INDEVIDA E PARA QUE A PARTE RÉ SE ABSTENHA  
DE INCLUIR OS NOMES DOS AUTORES NOS CADASTROS  
RESTRITIVOS DE CRÉDITO POR DÉBITO RELATIVO ÀS  
LIGAÇÕES DEFINITIVAS E TAXA DE URBANIZAÇÃO SOB PENA  
DE MULTA DE R00000 FIXANDO TETO DE R00000 AGRAVO DE  
INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ PRETENDENDO A  
TOTAL REFORMA DA RESOLUÇÃO DADA PELO JUÍZO DE 1  
INSTÂNCIA DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA PREVALÊNCIA DA  
SÚMULA Nº 59 DESTES TRIBUNAL A JURISPRUDÊNCIA DESTES  
TRIBUNAL ENTENDE QUE A AFERIÇÃO DO PREENCHIMENTO  
DOS PRESSUPOSTOS SUPRAMENCIONADOS ESTÁ ADSTRITA AO  
JUÍZO DISCRICIONÁRIO DO JUIZ DA CAUSA E EM NÃO  
HAVENDO EM PRINCÍPIO ABUSIVIDADE OU ILEGALIDADE  
NESTE ATUAR A INTERFERÊNCIA DA INSTÂNCIA SUPERIOR SÓ  
OCORRE QUANDO A DECISÃO FOR TERATOLÓGICA  
CONTRÁRIA À LEI OU À EVIDENTE PROVA DOS AUTOS DECISÃO  
QUE NÃO MERECE REFORMA RECURSO A QUE SE NEGA  
PROVIMENTO (fl. 53).

É o relatório. Decido.

Incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a

interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente